

# País não tem política de pesquisa, diz o cientista

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

"O Brasil não tem uma política científica definida. Estamos começando a caminhar neste sentido" — afirmou, ontem, o ex-presidente da SBPC, Oscar Sala. Em entrevista coletiva, o atual presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (Fapesp), falou sobre a nova metodologia usada pelas instituições na busca de recursos para programas, e na maneira de como estes financiamentos devem ser utilizados. O reitor da USP José Goldemberg, por sua vez, afirmou que sobriam recursos para as pesquisas, caso houvesse uma redução nos quadros de funcionários das agências financiadoras, "onde observa-se um excesso de tecnocratas".

O ex-presidente da SBPC, Oscar Sala, defendeu, no primeiro dia da 39ª Reunião da SBPC, o aspecto multidisciplinar dos projetos, afirmando que isto permite uma maior integração entre alunos e universidades, além da união de pesquisadores de diferentes áreas, num trabalho financiado por uma ou diferentes agências. Mas, ele acredita que dentro dessa busca de uma política de financiamento, o importante é a racionalização das agências, no que se refere aos recursos destinados à área de ciência básica.

"É uma solução para a política científica, porque tanto a ciência bá-

sica como a tecnológica são importantes, independentes e devem crescer juntas. Hoje, o tempo entre a descoberta científica e a utilização está diminuindo muito no Brasil", explicou o presidente da Fapesp. Sala classificou a política de financiamento como algo delicado e complexo. "Temos de um lado o desenvolvimento científico do Brasil. No outro, a política de desenvolvimento científico (aí, encarada como ciência Básica). E o fato de precisarmos competir em condições de igualdade com a ciência internacional."

## DENÚNCIA

Na mesa-redonda sobre "Alternativas para Programas de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica", realizada no primeiro dia de trabalho da SBPC, foram levantadas críticas aceitas pelo superintendente da Finep — Financiadora de Estudos e Projetos, Reinaldo Guimarães, entre elas a concentração de 84% dos recursos repassados pela Finep em apenas três universidades brasileiras — PUC/RJ, UFRJ e USP. Foram feitas críticas também à morosidade na aprovação de projetos da Financiadora, ao processo de aprovação dos programas, definido por técnicos e não por cientistas.

Presente ao debate, o superintendente da Finep adiantou que o órgão, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, passa por um processo de reestruturação. "A Fi-

nep tem atualmente um Conselho de Ciência e Tecnologia, composto por representantes da comunidade científica", justificou Guimarães.

A presidenta da SBPC, Carolina Bori, em entrevista coletiva, disse que a produção de artefatos nucleares não está definida na atual Constituição do Brasil e o desenvolvimento desta tecnologia bélica é atribuição da área militar. Ela adiantou que estudos sobre a produção de armamentos nucleares elaborados por uma comissão de cientistas da SBPC serão debatidos na 39ª reunião. "Queremos que o governo proíba a fabricação de armas nucleares no País e por isso articulamos uma emenda popular, com mais de 45 mil assinaturas", afirmou a presidenta da SBPC.

O professor de Física da USP, Luís Carlos Menezes, reafirmou a defesa do uso de tecnologia nuclear para fins pacíficos e a necessidade deste conhecimento para o desenvolvimento do País. "A produção nuclear é inconstitucional no Brasil, porque está toda na mão dos militares", afirmou o professor. A questão da soberania nacional é mantida, segundo Luís Carlos, pela falta de artefatos nucleares no País. "Não ter bombas significa uma demonstração de soberania diante dos povos engajados na corrida armamentista. E isto não é utópico, porque a melhor definição de alvo é a que, não fabricando artefatos, não seremos alvos", concluiu.